

O PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (2006-2010) E A FORMAÇÃO DE LEITORES

CLAUDIANE ROSA MATHIAS*
KARINA KLINKE**

Introdução

Nossas experiências de pesquisa em História da Educação e a História da Leitura nos mostram que a escola exerce um papel importante na formação do leitor, de maneira positiva ou negativa para o (des)interesse e o (des)gosto pela leitura, principalmente a literária. Por outro lado, muitos aspectos da escolarização dos primeiros anos do século XX (Cf. KLINKE, 2003) permanecem nas práticas escolares até o presente. (Cf. MATHIAS, 2012) Advém desta constatação nosso questionamento neste trabalho: se na organização das escolas graduadas,¹ nos primeiros anos do século XX, o Estado prescrevia práticas escolares de leitura com a finalidade de formar o gosto de ler e, passado um século, há alunos que permanecem sem a formação deste gosto na escola, como as políticas nacionais podem influenciar o desenvolvimento da leitura no Brasil?

Para responder a esta pergunta tivemos como referência bibliográfica estudos sobre o tema,² bem como procuramos conhecer as atuais políticas nacionais para a leitura. Destaca-se entre os programas de governo das últimas décadas o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL, 2006), cuja meta é transformar o Brasil em um país de leitores, documento este complementado pelo compêndio *PNLL: textos e história (2006-2010)*³,

* Graduada em Pedagogia pela UFU/FACIP. Professora do Sistema Municipal de Ensino de Ituiutaba, MG.

** Professora Adjunta da UFU/FACIP. Pós-doutora em História Moderna e Contemporânea pela Unicamp/IFCHL.

¹ O modelo de escola graduada, também chamado de seriado, foi implantado no Brasil no início do século XX, separando o alunado em “séries”, de acordo com a capacidade de leitura, de modo que todos os alunos de uma série usavam os mesmos materiais didáticos. Este modelo se opõe ao ensino único, ou unitário das escolas isoladas existentes no século XIX, nas quais todos aprendiam em uma mesma classe, usando materiais diferentes.

² AMORIM, 2009; CARVALHO, 2011; CHARTIER, 2009; CHERVEL, 1990; RIBEIRO *et al*, 2001; ROSA & ODDONE, 2006; PERES & GONÇALVES, 2009.

³ O PNLL foi implantado em 2006 e na comemoração de quatro anos de projetos e feitos dedicados à disseminação da cultura do livro e da leitura, foi lançado o livro *PNLL - Textos e Histórias (2006-2010)*, constituído pelo texto original (2006) mais 24 artigos e 08 documentos.

organizado por José Castilho Marques Neto,⁴ comemorativo dos primeiros quatro anos do Plano, “uma obra coletiva que concentra informações e depoimentos sobre as iniciativas anteriores que já visavam transformar o Brasil em um país de leitores.” (SANT’ANNA: 09). Advém do estudo desse material o interesse em compreender, após significativos estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, como as políticas nacionais valorizam a leitura, propõem a formação de leitores e produzem perfis de leitor na atualidade.

Sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (2006 a 2010)

O governo federal brasileiro criou vários programas que antecederam ao Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).⁵ As finalidades daqueles era o seu desenvolvimento e o das bibliotecas, sendo determinadas iniciativas que colaboraram diretamente para a elaboração do PNLL. Nesta mesma perspectiva, é sancionada a Lei de Diretrizes do Livro n. 10.753 de 30 de outubro de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro e anunciou a implantação do Plano Nacional do Livro e Leitura.

O PNLL, segundo o próprio documento, foi criado em 2005 a partir de um amplo debate nacional envolvendo a participação da sociedade civil e do governo federal. Seu objetivo inicial era estabelecer o que seria preciso fazer em relação àquela durante o ano Ibero-Americano da Leitura, nomeado Vivaleitura.⁶ O documento base foi publicado somente

⁴ Ex-secretário executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura vinculados aos ministérios da Cultura e da Educação (agosto-2006/ abril -2011) e é Presidente da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), mandato 2011-2013.

⁵ Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1929; o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), criado em 1997; o Fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura, instituída por decreto presidencial em 2005 e da qual decorreu o atual Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura; o Programa Fome do Livro (iniciativa do MEC/ Biblioteca Nacional, criado em 2004, que previa instalar bibliotecas em todos os municípios brasileiros); o Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM) criado em 2004; o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor e o VIVALEITURA: Ano Ibero-americano da Leitura (2005), instituído pela Cúpula dos Chefes de Estado dos Países Ibero-americanos e é coordenado pela Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI, Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e Caribe - Cerlalc, UNESCO e pelos governos de 21 países da Europa e das Américas. No Brasil, foi criado um comitê executivo com representantes do governo federal, setor privado e do terceiro setor; o Programa Nacional de incentivo à leitura (PROLER) instituída por meio do Decreto Presidencial n. 519, de 13 de maio de 1992. (MARQUES NETO, 2010; ROSA & ODDONE, 2006; PERES & GONÇALVES, 2008).

⁶Vivaleitura foi o nome dado no Brasil ao Ano Ibero-americano da Leitura, comemorado em 21 países da Europa e das Américas em 2005. Liderado pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Cultura

em 2006 e implantado por meio da Portaria Interministerial n.1.442 de 10 de agosto de 2006, após ampla indução junto aos governos estaduais e municipais, apontando a probabilidade do Brasil obter uma política de estado para o setor.

Neste sentido, o Plano é uma política do governo Luiz Inácio Lula da Silva, cuja proposta foi dar continuidade à histórica luta pelo livro, pela leitura, por bibliotecas públicas e pelo acesso à literatura, com a perspectiva de ampliá-lo para a escala de política pública. As ações que geraram o PNLL foram coordenadas pelos ministros da Educação (Fernando Haddad) e da Cultura (Gilberto Gil), com a participação dos representantes de toda a cadeia produtiva do livro e da sociedade civil.⁷

O Plano propõe estabelecer propostas, metas, projetos, planejamentos e ações visando promover o desenvolvimento da leitura e atenuar a problemática causada pela ausência de sujeitos leitores sem o hábito e o gosto pela mesma. Segundo o próprio documento “o objetivo maior é alcançar em longo prazo e com ação contínua e estrategicamente coerente, a fruição dos livros em todos os seus suportes técnicos, do prazer da literatura e da democratização do acesso à leitura”. (MARQUES NETO:15)

O que diz o PNLL: textos e histórias (2006-2010) sobre formação e o perfil de leitor

O compêndio *PNLL: textos e histórias (2006-2010)* se propõem a “retratar a realidade da leitura nos quatro anos de implantação do Plano”, todavia, embora traga informações de pesquisas desenvolvidas sobre o tema, aparenta buscar mais convencer o leitor sobre a importância do PNLL do que possibilita a compreensão do mesmo. Em seus textos é notável a semelhança dos discursos, pois todos abordam repetidamente a criação e as

e da Educação, pela Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), pelo Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc), vinculado a Unesco, o *Vivaleitura*, ao longo de um ano, mobilizou inúmeras entidades civis do livro, da leitura e das bibliotecas, encerrando suas atividades durante o Fórum PNLL *Vivaleitura*, na Bienal Internacional do Livro de São Paulo, em março de 2006. (Fonte: http://189.14.105.211/conteudo/c00016/Ano_Vivaleitura_2005.aspx)

⁷ ONG's, instituições independentes, editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro, educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral. Seu objetivo era estabelecer as políticas públicas para o setor, tendo como dirigente e organizador José Castilho Marques Neto e como co-organizadoras Rosália Guedes e Luciana do Vale.

intencionalidades do Plano, alterando basicamente os autores e o estilo de escrita, como passamos a analisar, dando destaque aos textos que apresentam um diferencial do discurso corrente.

O Plano Nacional do Livro e Leitura está estruturado em quatro importantes eixos norteadores das ações, a saber:

O eixo *Democratização do acesso* busca garantir acessibilidade à leitura e à biblioteca a todos os sujeitos, independente de sua classe social, vislumbrando: implantação de novas bibliotecas; fortalecimento da rede atual de bibliotecas; conquista de novos espaços de leitura; distribuição de livros gratuitos; melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação. De modo que a formação de leitores perpassa, essencialmente, pelo acesso ao livro e à leitura no país.

O segundo eixo, *Fomento à leitura e à formação de mediadores*, complementa o eixo do acesso com: formação de mediadores de leitura; projetos sociais de leitura; estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura; sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial; prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura. Estes visam promover a prática da leitura e contribuir na formação de mediadores, ou seja, investe-se na capacitação de pessoas (ênfatisando os professores e bibliotecários) para que auxiliem os demais sujeitos a adquirir o hábito e o gosto pela leitura.

O terceiro eixo, *Valorização Institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico* é dedicado a apontar ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em uma política de estado, com programas governamentais; formulação de políticas nacionais, estaduais e municipais; realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas; pesquisas e estudos sobre políticas públicas do livro, leitura e biblioteca pública, entre outras. Ações que visam criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura, como campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, rádio, jornal, internet, revistas, *outdoors*, cinema e outras mídias.

Finalmente o quarto eixo, *Desenvolvimento da economia do livro e comunicação*, para completar a viabilização dos eixos anteriores, propõe diminuir o preço dos livros literários na tentativa de melhorar a acessibilidade da maioria das pessoas. É assim norteada: desenvolvimento da cadeia produtiva do livro; fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura; apoio à cadeia criativa do livro; maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada.

Estes eixos enfatizam as principais necessidades a serem atendidas pelo PNLL, tendo em vista atenuar a falta de leitores no país, ou seja, uma síntese do que necessita ser aprimorado sobre a leitura, literatura e a escrita no Brasil, visto ser um país que possui uma quantidade muito baixa de leitores. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2005 “situa o Brasil em 63ª posição entre 177 países auditados, ficando atrás, inclusive, de sete países da América Latina: Argentina (34º), Chile (37º), Uruguai (46º), Costa Rica (47º), Cuba (52º), México (53º) e Panamá (56º).” (ROSA & ODDONE:183).

Neste sentido, a justificativa do Plano se embasa em diversas pesquisas realizadas que apresentam o cenário da leitura e do livro no país.⁸ Essas apontam, em suma, as “causas do elevado índice de alfabetismo funcional e das dificuldades generalizadas para a compreensão vertical da informação escrita se localiza na crônica falta de contato com a leitura, sobretudo entre as populações mais pobres.” (PLANO: 38).

É compreensível o papel atribuído ao PNLL como exercício de avanço na área da leitura, literatura e bibliotecas, justamente por ser uma medida de ação conjunta envolvendo o governo e a sociedade civil na discussão, reflexão e elaboração de um Plano Nacional que fosse norteador efetivo das ações, projetos e planejamentos, visando seu desenvolvimento e a formação de leitores no país. Ele parece, assim, um dos passos significativos no que diz respeito a propostas de ações para contribuir com a formação de leitores a curto, médio e longo prazo, que possivelmente possam assegurar o seu desenvolvimento em diferentes

⁸ Mapa do Alfabetismo no Brasil (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/MEC, 2003); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2009, IBGE); Indicador Nacional do Alfabetismo Funcional – INAF (2001, 2005 e 2009); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB (2001, 2003 e 2006); Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA (2000 e 2006); Retratos da Leitura no Brasil 2001 (CBL/Snel/Abrelivros) e 2007 (IPL) e Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipal MinC/FGV (2009).

espaços. Por outro lado, provoca-nos o seguinte questionamento: Será que somente estas propostas são suficientes? Será que estes objetivos serão realmente cumpridos para atender à demanda de leitores? E mesmo com esta extensão de tempo para a conclusão das propostas, será que estes objetivos vão atender às necessidades atuais para a pretendida formação de leitores?

Nesta perspectiva, observamos na fala do Ministro da Cultura (Juca Ferreira) a concepção de que a família é a responsável por estimular o gosto e o hábito das crianças e jovens pela leitura e, assim, instigar a formação de novos leitores, justamente por ser a família a primeira a ter contato com os mesmos. À escola, em segundo lugar, cabe o papel de dar continuidade ao trabalho iniciado pela família, por isso a necessidade de investir na formação de professores para que os mesmos saibam promover e abrir as portas para o mundo da leitura, de modo que o livro seja apresentado como algo prazeroso. Em terceiro lugar, a preocupação é de garantir acessibilidade à biblioteca por parte das crianças e famílias pobres como um suporte ao acesso aos livros. (FERREIRA: 24-25)

Embora esteja contido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Título II artigo 2º- Dos Princípios e Fins da Educação Nacional – que “o dever de educar é inicialmente responsabilidade da família e depois do Estado” (BRASIL: 09), é possível questionar sobre as afirmativas de Juca Ferreira: como as famílias brasileiras podem ser responsabilizadas pelo contato inicial, hábito e gosto pela leitura se em nossa sociedade não temos o hábito dessa prática, além de boa parte de a população ser alfabeto funcional⁹ ou analfabeto? Como proporcionar algo que não se sabe ou não se tem? Pois é sabido que boa parte da população brasileira não tem condições financeiras de comprar livros e poucos se sentem à vontade para frequentar uma biblioteca. Mesmo aqueles que têm condições econômicas para adquirir livros não têm o hábito de fazê-lo. Neste caso, o governo federal, através do PNLL e demais iniciativas descritas no compêndio, propõe a criação de meios que contribuam e estimulem o contato com o livro e a prática da leitura.

⁹ A pesquisa de Vera Masagão Ribeiro (1997) sobre indicadores nacionais de alfabetismo funcional revela que no Brasil a cultura letrada está amplamente disseminada, mas de forma muito desigual. Assim sendo, da população alfabetizada, um contingente significativo utiliza as habilidades da leitura e da escrita em contextos restritos, o que ela denomina “alfabetismo funcional”.

Somam-se a essas políticas, além da responsabilização da família, também a da escola e da biblioteca, compartilhando a responsabilidade com o Estado, como prescreve a LDBEN. Com isso, propõe a ampliação do Plano para uma política pública. Flavia Rosa e Nanci Oddone (2006) observam também a intencionalidade da proposta do PNLL em diminuir o número de sujeitos não leitores e de analfabetos funcionais no Brasil (aqueles que possuem menos de quatro séries concluídas) objetivando o desenvolvimento do país a fim da sociedade se igualar às mais cultas. Mas apesar de a leitura ser compreendida com tal importância, o então ministro da educação Fernando Haddad afirma que, para contribuir de fato com a formação de leitores, é preciso enfrentar alguns desafios e investir no segundo eixo norteador deste plano, a saber, “fomento à leitura e formação de mediadores”.

Percebemos novamente como é atribuído à escola (instituição formadora) e aos professores (mediadores) o papel de instigar a formação de leitores. Todavia, é perceptível no texto do Ministro o quanto este Plano visa superar a condição desfavorável que a leitura e o livro ocupam em nossa sociedade. Embora o Plano aponte sua relevância para contribuir para com a formação de leitores, suscita-nos outros questionamentos: por que, com tantos projetos, ações e programas desenvolvidos desde o início do século XX, ainda persiste o baixo índice de leitores no país? Será que se está investindo efetivamente no desenvolvimento das ações propostas ou há outros interesses ocultos? Qual o perfil de leitor está proposto no PNLL?

Os autores e autoras dos artigos contidos no *PNLL: textos e história (2006-2010)* assumem na sociedade diferentes papéis, alguns estavam à época em cargos administrativos vinculados diretamente ao governo federal, outros são bibliotecários, há economistas, empresários, livreiros, editores, professores mestres e doutores, diretores comerciais, dentre outros que trazem suas contribuições sobre a leitura, formação de leitores e os perfis de leitor. Na análise dos artigos nos propomos a entender como os autores abordam a formação e o perfil de leitor, nosso objeto de estudo. A tabela a seguir apresenta um panorama dos autores e como eles abordam o objeto aqui proposto:

Título	Autor	Formação de Leitor	Perfil de Leitor
<i>PNLL: um símbolo de mudança na política cultural</i>	Alfredo Manevy ¹⁰	Acessibilidade aos livros	Aquele que lê com prazer.
<i>Articulação do PNLL e do Vivaleitura na valorização da leitura e do livro nos processos de formação humana</i>	Álvaro Marchesi ¹¹	Identificar e valorizar tanto as pessoas quanto os grupos que desenvolvem experiências em bibliotecas, escolas, universidades e organizações da sociedade para instigar e fomentar a leitura no país.	Aquele que concretiza o “real valor da leitura e dos livros”, imbricado no processo de formação humana.
<i>A importância do mestre-escola, ou do professor como mediador da leitura</i>	Carlos Alberto Ribeiro de Xavier ¹²	Acesso ao livro; a essencialidade do mediador da leitura.	É aquele que inclui em suas experiências de leitura “a própria percepção do mundo e as diferentes formas de compreender os ambientes; apreende, organiza e constrói o próprio conhecimento”.
<i>Libre e PNLL - a trajetória de duas jovens entidades</i>	Cristina Fernandes Warth ¹³	A LIBRE (Liga Brasileira de Editoras) e sua atuação na busca de reflexão e de ação para o aumento do público leitor, para o fortalecimento das empresas editoriais e para a criação de políticas públicas em favor do livro e da leitura.	Não apresenta indícios.
<i>Era uma vez a leitura...</i>	Eliana Yunes ¹⁴	Fomento à leitura em um esforço conjunto das esferas oficiais em articulação com a sociedade civil para formar leitores; viabilizar acesso a múltiplas linguagens, em diferentes suportes; textualidades diversas que constituem as práticas sociais, do morar, conviver, comer, fazer, imaginar.	Aquele que desenvolve reflexões sobre a vida e o mundo que o cerca a partir da leitura.
<i>Da necessidade de somatória de energias para enfrentar a problemática da leitura no Brasil</i>	Ezequiel Theodoro da Silva ¹⁵	Ações polivalentes e integradas entre a sociedade, políticas que levem em conta as condições dos cidadãos para a produção da leitura e infraestrutura para que a mesma se realize.	Não apresenta indícios.
<i>O futuro do PNLL está no presente</i>	Fabiano dos Santos Piúba ¹⁶	Cabe à família, à escola e à biblioteca, mas também à exploração de espaços não convencionais de leitura (hospitais, praças, etc.), como espaços	É aquele que amplia conhecimentos, informações, horizontes, tem capacidade crítica e inventiva e reinventa o mundo através da leitura.

¹⁰ Secretário executivo do Ministério da Cultura, 2010.

¹¹ Secretário-Geral da Organização dos Estados Ibero-americanos, 2010.

¹² Chefe de gabinete de Ministros da Cultura e da Educação; diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; assessor especial do Ministro da Educação, 2010.

¹³ Editora da Pallas Editora e presidente da Libre – Liga Brasileira de Editoras, 2010.

¹⁴ Professora na PUC-Rio, co-coordenadora da Cátedra de Leitura da UNESCO, Doutora em letras e linguística e pesquisadora do CNPq.

¹⁵ Graduado em língua e literatura inglesa e doutorado em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em 2010 era professor aposentado - colaborador voluntário - da Universidade Estadual de Campinas.

¹⁶ Diretor de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura - Secretaria de Articulação Institucional.

		promovedores da leitura, tal qual acontece com o Projeto <i>Leitura para Todos</i> . ¹⁷	
<i>Política da leitura, do livro e da biblioteca no Brasil: breve abordagem histórica</i>	Flávia Rosa ¹⁸	Cita BARROS, 2005 ¹⁹ para mostrar que o caráter que transitou variou entre “controle, repressão e distribuição gratuita, as formas de incentivar a leitura”.	Não apresenta indícios.
<i>A ousadia de propor novos formatos</i>	Gabriela Gambi ²⁰	Promover o livro, a leitura e a literatura no país	É capaz de conquistar a plena realização de sua condição humana.
<i>Aonde isso vai dar?!?</i>	Galeno Amorim ²¹	Retoma a importância do Prêmio Vivaleitura (2005)	Não apresenta indícios.
<i>O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional (SNBP)</i>	Ilce Cavalcanti ²²	Uso da informação como instrumento de crescimento pessoal e de transformação social.	Aquele que, mediante a prática da leitura amplia sua consciência crítica, o que possibilita o exercício pleno da cidadania.
<i>Um novo momento para o livro e a leitura no Brasil</i>	Jéferson Assumção ²³	Desenvolver a cultura da leitura e a leitura para além dos limites dos muros escolares, tornando-a uma prática cotidiana, “onde ela é ainda mais libertária.”	É aquele que pratica a “cultura do diálogo”, uma condição para a superação de violências físicas e simbólicas.
<i>Não basta acreditar...</i>	Jorge Yunes ²⁴	É preciso cativar o leitor e, para isso	É aquele compreende o que lê e precisa

¹⁷ O *Leitura para Todos* está em sintonia com a Política Nacional do Livro e com programas lançados pelo Governo Federal como Fome de Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura. Ao criar um pólo cultural de fácil implementação e baixo custo, o projeto beneficia comunidades e incentiva o hábito da leitura. Cada unidade é composta por um acervo de mil livros – sendo 500 títulos com dois exemplares cada, um para empréstimo e outro para leitura no local -, disponibilizado gratuitamente para a população. As publicações de autores nacionais e estrangeiros abrangem diversas áreas de interesse como literatura infantil, autoajuda e sociologia. Para garantir que as salas de leitura sejam corretamente implantadas e que o projeto possa ter continuidade junto à comunidade, ampliou-se o trabalho realizado com os agentes de leitura. Esses gestores, escolhidos para promover e gerenciar o acervo, agora não apenas recebem uma cartilha de orientação como também participam de um treinamento de capacitação, realizado 30 dias antes da inauguração do espaço. Mais de 200 órgãos públicos, como Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura, Educação e Desenvolvimento Social, também estão envolvidos na iniciativa. Eles participam na identificação das oportunidades para doação do material e apoiam a implementação do projeto nas comunidades. (Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/09/11/projeto-leitura-para-todos/> Acesso em: 22 out. 2012.

¹⁸ Professora adjunta IV e doutoranda em comunicação pela Universidade Federal da Bahia (2010); diretora da Editora da UFBA e presidente da Associação Brasileira de Editoras Universitárias – ABEU.

¹⁹ BARROS, Susane Santos. Produção e comercialização do livro na Sociedade da Informação: o caso de Salvador. 2006. 70f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

²⁰ Coordenadora geral de Livro e Leitura da Diretoria de Livro, Leitura e Literatura da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, 2010.

²¹ Jornalista e escritor, diretor do Observatório do Livro e da Leitura. Presidiu o Conselho Diretivo do Ano Ibero-americano da Leitura/Vivaleitura no Brasil, liderou a equipe que criou o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e, entre 2004 e 2006, esteve à frente de diversos projetos do livro e leitura no Ministério da Cultura e na Fundação Biblioteca Nacional.

²² Bibliotecária e Coordenadora-Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP da Fundação Biblioteca Nacional. Dentre os principais objetivos do SNBP se encontra: “favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no país.” (CAVALCANTI:186)

²³ Secretário de Cultura de Canoas/RS.

²⁴ Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica. Em 2010 era diretor superintendente do IBEP – Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas e das editoras Nacional e Conrad. Foi o primeiro presidente e depois vice-presidente do Instituto Pro-Livro, e presidente da Abrelivros – Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares.

<i>não basta saber ler...</i>		tem de haver vontade política e criação de políticas públicas que dêem sustentação e garantam a continuidade das ações e das intenções voltadas ao fomento à leitura.	saber escolher o que ler, espontaneamente. O professor leitor deve ser assíduo e crítico, e o estudante um leitor regular e criterioso. Cita Mario Vargas Llosa para explicitar o modelo de leitor crítico, rebelde, inquieto, pouco manipulável e que não crê em lemas que alguns fazem passar por ideias.
<i>PNLL: um choque de cidadania por meio da leitura</i>	Luís Antonio Torelli ²⁵	Transformação da biblioteca em ambiente atrativo e multicultural. Formar mediadores de leitura.	Cidadão mais consciente de seus direitos e responsabilidades na construção de um Brasil mais justo e mais democrático.
<i>Formando leitores: o importante papel do PNLL</i>	Moacyr Scliar ²⁶	Desenvolver atividades como o fortalecimento da rede atual de bibliotecas, implantação de novas bibliotecas, distribuição de livros gratuitos, incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação; o fomento à leitura e à formação de mediadores; o desenvolvimento da cadeia produtiva do livro.	Desenvolve o hábito da leitura em um processo que se desenvolve por etapas.
<i>O futuro do PNLL: ações necessárias para a sua implantação efetiva</i>	Nêmora Arlindo Rodrigues ²⁷	Crianças, jovens e adultos necessitam ter acesso à leitura no ambiente escolar, com vistas ao aprendizado formal, na mesma proporção em que é fundamental que desenvolvam a capacidade de compreensão desse conteúdo, em direção à compreensão de mundo, fora do ambiente formal da escola.	Não apresenta indícios.
<i>Fator de melhoria do índice de leitura</i>	Oswaldo Siciliano ²⁸	O setor editorial crê na melhoria da relação leitores-livros no Brasil.	Não apresenta indícios.
<i>Plano pelos livros</i>	Rosely Boschini ²⁹	As bibliotecas podem ser as grandes mediadoras dos outros objetivos do plano: expansão do índice da leitura e incremento do mercado livreiro.	Não apresenta indícios.
<i>A FEBAB como participante do PNLL: das ideias aos ideais. A</i>	Sigríd Karin Weiss Dutra ³⁰ ; Márcia Rosetto ³¹ ; Regina	A informação e o seu acesso é um ponto decisivo na construção de uma sociedade democrática. <i>Mediação da</i>	Tem prazer de ler e acessibilidade à informação para conquistar conhecimento.

²⁵ Diretor da área comercial da Trilha Educacional Editora, presidente da Associação Brasileira de Difusão do Livro – ABDL - pelo segundo mandato consecutivo. Membro do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura.

²⁶ Nascido em Porto Alegre (1937) é autor de cerca de 90 livros, nos gêneros romance, conto, crônica, ensaio e ficção juvenil, vários traduzidos, vários premiados (recebeu o Jabuti 2009 para melhor livro de ficção). Colabora em vários periódicos no país e no exterior, e é membro da Academia Brasileira de Letras.

²⁷ Formada em Biblioteconomia (UFRGS), mestre em Comunicação e Informação (PPGCOM /UFRGS) e presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB (2010).

²⁸ Economista, empresário e líder classista. Paulistano, foi o principal responsável pela criação de uma das maiores redes de livrarias do país, a Siciliano. O sucesso na iniciativa fez com que o modelo de rede de lojas e o padrão do serviço tornassem referência no setor. Em 1978, ajudou a fundar a Associação Nacional de Livrarias (ANL). Ocupou por quatro anos a presidência da Câmara Brasileira do Livro (CBL), de 2003 a 2006. Foi desde 2008, presidente do Grupo Ibero-americano de Editores (GIE).

²⁹ Empresária do setor editorial, presidente da Câmara Brasileira do Livro (CBL) em 2010.

³⁰ Mestre em Engenharia de Produção (UFSC, 2010), presidente da FEBAB (Gestão 2008-2011).

³¹ Mestre em Ciências da Comunicação (ECA-USP, 2010), presidente da FEBAB (Gestão 2002-2008).

Federação de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB)	Célia Baptista Belluzzo ³² e Glória Georges Feres ³³	<i>Leitura</i> promove o encanto pelo livro, leitura e bibliotecas, motivando e capacitando educadores, alunos e a comunidade para o prazer de ler e da disponibilização do acesso à informação para a conquista do conhecimento.	
<i>PNLL: a benção e a receita</i>	Silvana Meireles ³⁴	O livro e a leitura têm caráter estratégico para o projeto nacional de desenvolvimento.	Tem um enorme prazer, é um ato da maior nobreza. O cidadão que lê é esse fruidor que se aparta do mundo para mergulhar nesse mesmo mundo por meio de palavras de tal forma arranjadas, que é impossível sair da leitura com a mesma cabeça e o mesmo coração com os quais entrou.
<i>Livro em foco</i>	Sônia Machado Jardim ³⁵	Formação de uma sociedade leitora é condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços, educação e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. PNBE (Programa Nacional da Biblioteca na Escola) e o PNBE devem ser intensificados e ampliados, para que de fato se consiga formar o leitor de amanhã. O livro digital significa uma nova oportunidade de negócio. Deve haver democratização do acesso ao livro e incrementar o hábito da leitura	Não apresenta indícios.
<i>PNLL: conquistas e desdobramentos</i>	Tania Mariza Kuchenbecker Rösing ³⁶	Professores, ou pessoas responsáveis por bibliotecas escolares e públicas devem ser leitoras. Devem ser preparados para trabalhar com propostas de práticas leitoras capazes de motivar crianças, jovens e adultos a se envolverem com materiais de leitura permanentemente como um comportamento perene.	Aprendem, vivem e são ainda melhores como indivíduos e cidadãos críticos e emancipados.
<i>PNLL em quatro anos se consolida como o verdadeiro canal em defesa do setor livreiro</i>	Vítor Tavares ³⁷	A Associação Nacional de Livrarias (ANL), permanece envolvida de forma concreta nas atividades que provoquem o acesso ao livro e à leitura no Brasil. Aumentar o número <i>per capita</i> de leitura por brasileiro. O caminho é, também, ter boas e	Não apresenta indícios.

³² Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP) e vice-presidente da FEBAB (2010).

³³ Doutora em Educação para a Ciência (FC/UNESP/Bauru) e diretora de divulgação da FEBAB (2010).

³⁴ Secretária de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (2010).

³⁵ Presidente do SNEL, presidente do IPL-Instituto Pró-Livro, membro do Conselho Curador da FNLIJ-Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil, membro da Comissão Carioca de Leitura, vice-presidente do Grupo Editorial Record. Graduada em engenharia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tendo cursado o mestrado em administração de empresas na COPPEAD (Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

³⁶ Professora e pesquisadora da Universidade de Passo Fundo, organizadora das Jornadas Literárias de Passo Fundo e membro do conselho diretivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura (2010).

³⁷ Presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL, 2010). Foi um dos fundadores da Distribuidora Loyola de Livros e um dos membros da CSLL, do Ministério da Cultura, entre 2007 e 2008.

		atualizadas bibliotecas públicas	
Fonte: Dados coletados no compêndio <i>PNLL: textos e história (2006-2010)</i>			

Os vinte e quatro textos expõem aspectos sobre a formação de leitores que vão ao encontro dos quatro eixos norteadores do Plano. Alguns artigos, por sua vez, propõem uma atualização das possibilidades de formação de leitores, como o texto de Eliana Yunes, que recomenda a viabilização do “acesso a múltiplas linguagens, em diferentes suportes”, dando indícios da leitura em massa não somente de livros impressos como também daqueles disponibilizados em tecnologias de multimeios (*tablets, notebooks, netbooks, e-books*). No mesmo sentido, Moacyr Scliar propõe a “incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação”. Já Sônia Machado Jardim destaca o livro digital como “uma nova oportunidade de negócio”. No sentido atribuído nestas propostas, Yunes traz uma complementação: acesso a “textualidades diversas que constituem as práticas sociais, do morar, conviver, comer, fazer, imaginar”, como outras possibilidades de relação com mundo real e imaginário. Tais textualidades adquirem novas roupagens na utilização de multimeios.

Há uma cobrança tácita no artigo de Ezequiel Theodoro da Silva sobre o desenvolvimento de “políticas que levem em conta as condições dos cidadãos para a produção da leitura e infraestrutura para que a mesma se realize”. Deste modo, denuncia que não basta elaborar propostas e desenvolver acordos nacionais e internacionais sobre a importância do acesso à leitura e à formação de leitores, são necessárias ações condizentes com a realidade brasileira.

As propostas, ao tratar da importância da leitura para o desenvolvimento da sociedade brasileira, sinalizam perfis de leitores que se pretende formar: aqueles que leem por prazer; os que concretizam o processo de formação humana através da leitura; que percebem o mundo e compreendem os ambientes de diferentes formas; que organizam, constroem e ampliam conhecimentos, informações e horizontes por meio da prática da leitura; aqueles que refletem sobre a vida e o mundo ampliam a consciência crítica e o pleno exercício de cidadania; leitores críticos, assíduos, que sabem escolher espontaneamente o que ler; que têm o hábito de ler; e aqueles que, mediante a leitura, tornam-se cidadãos de direitos e emancipados, contribuindo para a criação de um país mais justo e democrático.

Eliana Yunes destaca-se mais uma vez em suas considerações ao dar indícios do perfil de leitor como sendo aquele que trata a leitura como fator capaz de conscientizar e emancipar os sujeitos que a ela possuem acesso, bem como possibilitá-los a relacionar ou até mesmo comparar o mundo real e concreto com o imaginário, ou seja, “desenvolve reflexões sobre a vida e o mundo que o cerca a partir da leitura”. Neste sentido, o leitor entra no mundo da leitura e além de vivê-lo intensamente, apropria-se dele para entender-se e compreender o mundo. Gabriela Gambi, por sua vez, intensifica esta condição do leitor ao considerá-lo “capaz de conquistar a plena realização de sua condição humana”, de modo a entender a importância da leitura em seu processo de desenvolvimento humano, ou seja, ele obtém com a leitura conhecimentos, saberes e autonomia que contribuem de forma significativa em sua formação como indivíduo e sujeito social.

De maneira poética, Silvana Meireles retrata o perfil de leitor estabelecendo uma relação deste sujeito com a cidadania (tantas vezes referendada pelos autores dos artigos) por meio da fruição (experiência estética, gozo). Para Meireles, “cidadão que lê é esse fruidor que se aparta do mundo para mergulhar nesse mesmo mundo por meio de palavras de tal forma arranjadas que é impossível sair da leitura com a mesma cabeça e o mesmo coração com os quais entrou”. Ou seja, a prática da leitura além de ser uma experiência individual e social porque amplia a percepção do leitor, é uma experiência estética.

Conclusão

A formação de leitores é uma das principais metas da proposta e, considerando que esta é o centro das atenções para o desenvolvimento do país desde o início da República (Cf. KLINKE, 2003), observamos a permanência desta empreitada nos governos que se sucederam. O que se altera na sucessão dos governos são os investimentos. No governo Lula (2003-2010), além da preocupação com a escolarização da leitura, como aconteceu no início do século XX, investiu-se vigorosamente na ampliação e acesso a bibliotecas e na divulgação e distribuição de livros e outros suportes em todos os espaços nos quais essa prática possa ser incentivada (eventos, meios de transporte, feiras de livros, dispositivos eletrônicos de multimídia, propagandas nas mídias de massa, etc).

Se há iniciativas concretas para a formação de leitores, há implícito ou explícito o perfil de leitor que se pretende formar. Neste sentido, identificamos alguns avanços que estão atrelados às concepções de leitura. O controle sobre o que ler, quando, onde e para quê ler sofreu alterações no último século. Não que o Estado tenha abandonado o controle sobre o que ler, principalmente na educação formal, mas há maior flexibilidade nas propostas do PNLL sobre o que significa ser um leitor: um sujeito que através da leitura diversificada em gêneros e suportes seja mais crítico, reflexivo, politizado, com ampla visão de mundo e de horizontes, desenvolto, que exerça a leitura de forma prazerosa em diversos espaços e como lazer. Esta intencionalidade aparece em propostas anteriores à política do governo Lula, mas o diferencial é que no PNLL a leitura é pontuada como um direito do cidadão e, por isso, com maior leque de opções e oportunidades. Também contribui para essa ampliação a maior diversidade ofertada pelo mercado livreiro, como apontaram os artigos dos autores vinculados a esse mercado.

Ao mesmo tempo em que consideramos tais políticas de governo importantes para a disseminação da leitura no país, a pesquisa nos trouxe um novo questionamento: as propostas do PNLL de fato contribuem para o processo de democratização da leitura ou camufla outras intencionalidades de um Estado controlador?

A análise do compêndio nos remeteu a este questionamento pelo fato de constatarmos que as ações conjuntas entre o governo federal, os governos estaduais, municipais e a sociedade civil possibilitam consideráveis avanços para a promoção, divulgação e o acesso ao livro e à leitura, todavia, é preciso que sejam desenvolvidas pesquisas que apontem as reais conquistas das propostas implantadas. Sem estas pesquisas, as propostas do PNLL não passam de uma lista de intenções somadas a um relatório de ações do governo, avalizadas pelos autores dos textos que integram o compêndio.

É necessário, para tanto, fazer um levantamento mais amplo destas ações consultando a documentação existente nas páginas eletrônicas de cada ação e aprofundando a análise de cada uma delas. Também consideramos necessário desenvolver pesquisas que analisem as ações concretas realizadas nos estados e municípios do país, a fim de verificar os

resultados efetivos dessa política de governo e quais são os encaminhamentos indispensáveis para dar continuidade às mesmas, como políticas públicas.

Levamos em consideração a importância de ações conjuntas dos governos somadas às da sociedade civil em prol da construção de um país de leitores, mas temos clareza de que somente estas ações não bastam para propagar a leitura e garantir seu hábito e gosto. Mesmo sabendo que, por um lado, o Plano e as ações decorrentes dele são uma importante iniciativa, por outro lado compreendemos que as reais intencionalidades do mesmo estão vinculadas às reais possibilidades de alteração de uma cultura da leitura, de modo que essa seja uma ação cotidiana. Alterar culturas não é uma tarefa imediatista, mas as ações provocadas pela política do PNLL pode ter aberto novos caminhos.

Referências

1. ALMEIDA, Paulo Roberto. *Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias*. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>> Acesso em: 20 out. 2012.
2. AMORIM, Simone Rodrigues. *A abordagem da Cidadania Cultural na Formulação do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL*. Rio de Janeiro: CPDOC-PPHPBC; Fundação Getúlio Vargas, 2009.
3. BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 2. ed., Brasília, 2009.
4. BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Interministerial n.1442*, de 10 de agosto de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Seção 1, Brasília, DF, n.154, p.18-19, 11 de ago.2006. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/in>. Acesso em: 28 jun, 2011.
5. CARVALHO, Valdirene Rodrigues de. *A leitura e a biblioteca escolar: o caso da rede estadual de São Paulo*. Campinas, SP: [s.e], 2011.
6. CAVALCANTI, Ilce. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas da Fundação Biblioteca Nacional. MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.p. 185-189.
7. CHARTIER, Roger (org.); BOUDIEU, Pierre; BRESSON François et al. *Práticas de leitura*. 4. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
8. CHERVEL, A. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Revista Teoria e Educação*, Porto Alegre, v.2, 1990. p. 177-229.
9. FERREIRA, Juca. Pela transformação do Brasil em um país de leitores. In: MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. p. 23-26

10. GAMBI, Gabriela. A ousadia de propor novos formatos. MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.p. 173-178.
11. HADDAD, Fernando. Desafios a vencer. MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. p.27-29.FERNANDO
12. JARDIM, Sônia Machado. Livro em foco. MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.p. 229-233.
13. KLINKE, Karina. *Escolarização da Leitura no Ensino Graduado em Minas Gerais (1906-1930)*. 283f. Tese de Doutorado em Educação. 2003. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.
14. MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história (2006-2010)*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. 340p.
15. MATHIAS, Claudiane Rosa. *A perspectiva de formação de leitores no Plano Nacional do Livro e Leitura (2006-2010)*. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Pedagogia. Universidade Federal de Uberlândia. Ituiutaba, 2012.
16. MEIRELES, Silvana. *PNLL: a benção e a receita*. MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.p. 227-228.
17. PERES, Selma Martines; GONÇALVES, Ana Maria. Políticas de incentivo à leitura e livro: interfaces dos programas adotados no Brasil a partir da década de 1990. *Anais do V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*. Aracajú, 9 a 12 de novembro de 2008. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/961.pdf> > Acesso em: 03 out. 2012.
18. PLANO Nacional do Livro e Leitura. Publicação do Caderno do PNLL. Edição Atualizada 2010. Supervisão Geral de José Castilho Marques Neto e Coordenação Executiva de Luciana do Vale. Brasília, DF, 2010.
19. RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 60, dezembro/1997. p. 144-158
20. RIBEIRO, Vera Masagão; VÓVIO, Claudia Lemos; MOURA, Mayra Patrícia. Letramento no Brasil: alguns resultados do indicador nacional de alfabetismo funcional. 2001. *Educação & Sociedade*. Campinas, vol. 23, n. 81, p. 49-70, dez. 2002.
21. ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas Públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ciências da Informação*. Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

22. SANT'ANNA, Affonso Romano de. Anotações para uma história da leitura. MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. p.09-12
23. SCLiar, Moacyr. Formando leitores: o importante papel do PNLL. MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.p. 209-212.
24. YUNES, Eliana. Era uma vez a leitura... MARQUES NETO, José Castilho (org.). *PNLL: textos e história*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.p. 153-155.